

DaCosta, L. P. (2011). *Olympism and its topicality*. In G. V. Bianchi (Ed.), *L'Olimpismo e la sua attualità* (pp. 35–52). Rapallo, Italy: Panathlon International.

Texto Livro Panathlon 2011 (G,V. Bianchi – Ed).
Versão em português do original em inglês (6 páginas).

O Olimpismo e sua Atualidade

Olympism and its Topicality

Lamartine Da Costa
Academia Olímpica Brasileira – AOB
Rio de Janeiro

O presente ensaio tem por objetivo revisar (*to review*) o papel do Olimpismo, tal como proposto na Carta Olímpica - conjunto de normas que regulam o Movimento Olímpico Internacional - , como uma das possíveis respostas ao desafio de promover uma ética factível e de bases filosóficas para a gestão do esporte nos tempos presentes. Assim se dispõe por ser o Olimpismo uma referência constante do Panathlon em seus congressos desde 1995 e no alcance de seus “objetivos éticos e culturais que visam a aprofundar, divulgar e defender os valores do esporte entendido como instrumento de formação e de educação da pessoa e como meio de solidariedade entre os homens e os povos” (www.panathlonlisboa.pt, acesso em 03/05/2010).

Premissas

O significado ético do esporte pode ser identificado desde as práticas atléticas da Grécia Antiga. De fato, as atividades esportivas no passado e na atualidade sempre solicitaram atitudes e comportamentos de seus praticantes que tornassem possível a competição justa. Mas os competidores em esportes frequentemente tem apelado por práticas não éticas ao buscarem resultados a eles favoráveis. Hoje, esta histórica ambivalência do esporte pode ser exemplificada pelo contraste entre a promoção do *fair play* (jogo justo) por parte dos líderes esportivos e o persistente uso de doping por atletas não éticos.

O próprio esforço do Panathlon em favor da ética no esporte sinaliza a existência de dificuldades na coexistência entre a promoção de valores benéficos à sociedade e o estabelecimento de definição, gestão e operacionalização (educação, divulgação, marketing, promoção etc) de projetos que desenvolvam comportamentos e atitudes que representem tais valores.

Este problema da ética esportiva atual refere-se naturalmente à competição codificada em geral e ao esporte de elite em particular, não abrangendo versões comunitárias não formais – pequenos clubes por exemplo – e de práticas de lazer ou de vida saudável. Portanto, a experiência indica que os problemas éticos do esporte surgem por sua relação com atividades que possibilitam eventualmente desvios de conduta tais como comercialização exagerada, excessos de narcisismo na

mídia, confrontos políticos e disputas entre grupos e organizações diversas e até mesmo entre nações, regiões, cidades.

Por corolário (*corollary*), estas constatações iniciais sugerem então que o esporte tem tido a capacidade de se adaptar a virtudes e a vícios desde suas origens na Grécia Antiga, como argumentado por Reid (1998). Por outro lado, como varias fontes recentes tem indicado, o esporte manifesta-se habitualmente como portador de valores (*carrier of values*), uma característica também assinalada por Pierre de Coubertin, postulador do Olimpismo, que interpretou o esporte como “força condutora” (*driving force*), conforme reportado por DaCosta (2006).

A partir dessas premissas, pode-se propor então que os problemas éticos do esporte constituem mais um questão de escolhas (*choices*) do que de dilemas, estes últimos geralmente mais enfatizados pelas críticas ao esporte moderno de alta competição. Por sua vez, a abordagem de escolhas mostra-se mais apropriada para preservar as virtudes intrínsecas do esporte (fatores internos) tanto quanto discernir influências externas (contexto) que geram desvios de comportamentos e atitudes dos praticantes.

Em outras palavras, o foco em escolhas cria soluções práticas de gestão em preferência aos debates teóricos sobre dilemas, possibilitando reavaliar os código de condutas de atletas e praticantes no sentido da inclusão dos líderes das instituições gestoras do esporte. A proposição, neste caso, é a de incentivar a criação nas instituições esportivas de uma responsabilidade ética, em semelhança ao que ocorre hoje com o meio ambiente ao buscar equilíbrio entre avanços e retrocessos nas intervenções por responsabilidades sociais, bio-meteorológicas e econômicas, sob a denominação de sustentabilidade (*sustainability*).

Posicionamentos

A comparação entre instituições esportivas sustentáveis (*sustainable*) ora aqui idealizadas e dilemas habituais da proteção ambiental em relação ao desenvolvimento econômico, sugere que as ambigüidades tem sido superados por escolhas de gestão de empresas, instituições em geral e entidades de governo que possam – se efetivamente cumpridas – harmonizar abordagens contraditórias. Nessas circunstâncias, as instituições e seus líderes são nitidamente responsáveis pelas posturas de sustentabilidade em oposição ao que ocorre nos meios esportivos, com raras exceções, com respeito à ética nas práticas esportivas. O destaque a ser feito entre as exceções, concerne ao Comitê Olímpico Internacional com suas iniciativas ambientais constantemente reconhecidas e validadas pelo Programa da Nações Unidas de Meio Ambiente - *United Nations Environment Programme* – UNEP (DaCosta, 2002).

Visando à uma possível mudança no esporte ao privilegiar escolhas em lugar de dilemas, pode-se admitir como hipótese para discussão a implantação de responsabilidade ética institucional no esporte, ou mesmo uma pretensa “sustentabilidade ético-esportiva”. Para alcance deste propósito, torna-se necessário entretanto discernir nos discursos dos analistas do esporte moderno, a distinção das abordagens de “ser” (*is*) e “dever ser” (*ought to be*). Nestas opções, há

uma troca (*trade off*) entre fato (*is*) e valor (*ought to be*) ao passar de uma descrição para uma prescrição, convergindo então para um debate tradicional da filosofia anglo-saxã desde David Hume no século XVIII.

Admitindo-se que no esporte os dilemas éticos são factuais determinados por continuidade histórica e as escolhas traduzem valores benéficos à sociedade, conclui-se que as prescrições contra desvios sociais que são inoculados por intermédio do esporte, são definidas por atitudes de ‘dever ser’ (*ought to be*) da parte das instituições e seus líderes. Naturalmente as descrições continuam válidas em tempo e espaço porém não de forma dominante como tem ocorrido nos debates dos dilemas éticos do esporte. Este impasse da descrição prevalecente sobre a prescrição tem gerado constrangimentos (*constraints*) que ao fim e ao cabo tem confirmado o uso de normas e controles apenas para atletas e praticantes.

Como tal, a interpretação do controle normativo e disciplinar pode ser representada, por exemplo, pelas entidades que combatem o doping sempre zelosas do comportamento dos atletas porém negligentes com respeito às suas próprias responsabilidades. Ou seja: as entidades organizacionais esportivas em geral estariam operam no ‘ser’ do esporte normatizando-o quanto à participação justa dos praticantes, mantendo-se entretanto distantes ou impotentes diante de ambientes em que o ‘dever ser’ do esporte pode superar perversões eventualmente manifestadas.

Tendo como ponto de partida a tese de confrontação entre o “dever ser” e o “ser” das práticas esportivas, apresentam-se os argumentos que se seguem de forma resumida para dar base preliminar aos necessários debates no âmbito do Panathlon, sobre a viabilidade do Olimpismo no apoio a novas posturas éticas no esporte atual.

Olimpismo

Em 1914, a expressão “Olimpismo” aparece na primeira versão da Carta Olímpica. Neste histórico documento redigido por Coubertin, o Olimpismo foi definido sem maiores explicações ou articulações como uma “filosofia da vida exaltando e combinando num todo equilibrado as qualidades do corpo, vontade e mente” (*A philosophy of life exalting and combining in a balanced whole the qualities of body, will and mind*) como transcreveu o Almanach Olympique (1918) e na atualidade consta da Carta Olímpica (IOC, 1992).

Por seu turno, a denotação de movimento social atribuído ao Olimpismo por Coubertin, tornou-se comum em seus textos, começando em 1894 e terminando em 1937, ano de seu falecimento. Assim sendo, ao longo deste período, o uso do termo Olimpismo assumiu conotações prescritivas (filosofia da vida) e descritivas (normas de gestão e promoção). Este uso oscilante – por vezes abusivo – do termo deu surgimento a diversas interpretações, frequentemente associadas a reivindicações (*claims*) ideológicas e doutrinárias (DaCosta, 2006).

Críticos contemporâneos como Segrave & Chu (1988) tem apontado a falta de clareza e precisão das definições do Olimpismo. Entretanto, autores como Parry (2005) tem interpretado esta deficiência como uma estratégia de Coubertin desde que o nível de generalidade do Olimpismo atendeu a “diferentes expressões de tempo e lugar, história e geografia”. Tal adaptação, todavia acompanhando DaCosta em sua crítica de 2006, serve principalmente para dar legitimação aos valores impulsionados pelos esportes das tradições olímpicas.

Por sua vez, apoiando-se em Loland (2004) em sua teoria do esporte como vinculado a definições externas ou internas dependendo de seus significados contextuais ou intrínsecos, é possível conceber o Olimpismo com ambivalente. Daí interpretar-se o Olimpismo como portador de valores (*values-led*) na sua dimensão externalista ou todavia como uma protofilosofia descritiva (internalista) como também sugerido por DaCosta (2006).

Além das definições inconsistentes, o Olimpismo se ressent de uma formulação filosófica de aceitação consensual, condição que levou DaCosta (1998) a propor-lhe a classificação de filosofia em processo (*process philosophy*) também encontrada nas tradições filosóficas anglo-saxãs

Considerando-se que a filosofia em processo enfatiza as mudanças (*changing*) de concepções nas especulações filosóficas como meio de vir a ser (*becoming*) – um posicionamento filosófico originado em Alfred Whitehead no final do século XIX – torna-se pertinente acompanhar DaCosta na fonte acima citada quanto as seguintes constatações: (a) O Olimpismo sempre solicitou redefinições desde sua proposição inicial originada em Coubertin; (b) O Olimpismo sempre manteve seu elevado grau de generalidade e adaptação como estratégia de aceitação contínua. Em resumo do mesmo autor, o Olimpismo tem se revelado um meio de legitimação de bases filosóficas assumindo então *ad referendum* um sentido de dever ser (*ought to be*).

Conclusões

Em suma, pretende-se aqui posicionar o Olimpismo como um postulado ético deficiente em sua definição porém suscetível de atuar como uma “filosofia em processo”, isto é um conjunto de valores e princípios que tem surgido ao longo do desenvolvimento do esporte por necessidades pontuais, por vezes consensuais, porém mutáveis. Trata-se portanto de uma doutrina com base no ‘dever ser’ do esporte sempre sujeito a atualizações, embora a Carta Olímpica não seja esclarecedora quanto aos fundamentos que a criaram e atualizam desde os tempos de Coubertin, na primeira metade do século XX.

Em outras palavras, os valores ou princípios do Olimpismo tem constituído respostas episódicas, contudo válidas, como meios de atualização no permanente

envolvimento do esporte com adversidades sociais. Daí a adoção de valores ‘do’ esporte (i.e. *fair play*) e valores ‘no’ esporte (i.e. sustentabilidade) para discernimento inicial nas intervenções de conteúdo educacional e promocional (DaCosta, Miragaya, Gomes & Turini, 2007).

A distinção a ser feita no caso específico do Panathlon é que tais postulados éticos tem sido abrigados e desenvolvidos por plataformas de organização de eventos esportivos, em alguns casos por megaeventos, tal como nos exemplos dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Olímpicos das Juventude. Assim sendo, a geração de conhecimentos sobre os desafios éticos do esporte, em princípio, apresenta-se como um problema de gestão desde que é necessário adequar conteúdos (do esporte) e proposições éticas (no esporte) às estruturas organizacionais mais voltadas para funções dos participantes do que seus comportamentos e atitudes.

E como o Olimpismo é um conjunto de princípios e valores tal adequação deve se realizar no ajustamento da estruturas organizacionais esportivas e não nos conteúdos de tais proposições. Neste particular, a atual proposta dos Jogos Olímpicos da Juventude na versão de Cingapura 2010, é uma estimulante inovação por reajustar a gestão dos Jogos no sentido de promoção social e educacional de jovens participantes, outra prioridade do Panathlon.

Portanto, o Olimpismo mostrou-se capaz de se atualizar desde os tempos de Pierre de Coubertin mantendo tradições e incorporando inovações, sendo o meio ambiente um tema culminante desta renovação contínua. Contudo, o Olimpismo não conseguiu se impor junto às organizações esportivas em geral, as quais se ajustaram preferencialmente às imposições financeiras do mundo moderno e às tecnologias de gestão, sempre predominantes sobre valores sociais. Nestes termos, o atual desafio do primado da ética do esporte depende mais das decisões e comprometimentos dos líderes institucionais do esporte do que de seus praticantes e atletas.

Referências

Almanach Olympic pour 1918, Lausanne, 1917, p. 4 (Olympic Museum Archives, Lausanne).

DaCosta, L.P. Olympism and the Equilibrium of Man. In: *Coubertin and Olympism – Questions for the Future*. Norbert Müller, Ed. Schors, Niedernhausen/GER, 1998, pp. 188 – 199.

DaCosta, L.P. Olympic Studies. University Gama Filho Press, Rio de Janeiro 2002.

DaCosta, L.P. A Never-Ending Story: The Philosophical Controversy Over Olympism. *Journal of the Philosophy of Sport*, 2006, 33, 157-173.

DaCosta, L.P., Miragaya, A., Gomes, M. & Turini, M. Manual de Valores do Esporte SESI. SESI DN, Brasília, 2007.

IOC. Olympic Charter. Fundamental Principle no. 3, Lausanne 1992, p. 11.

Loland, S. « Normative Theories of Sport : A Critical Review ». *Journal of Philosophy of Sport*, XXXI, 2004, 111 - 121.

Parry, J. The Ethics and Politics of Olympism. New Zealand Olympic Committee - University of Leeds, 2005.

Reid, H. L. Sport, Education, and the Meaning of Victory. 20th World Congress of Philosophy, Boston, 1998.

Segrave, J.O. "Toward a Definition of Olympism". In Segrave, J.O. & Chu, D. (Eds) *The Olympic Games in Transition*. Champaign – Ill.: Human Kinetics, 1988.
